PLANO DE SALVAGUARDA

MATRIZES TRADICIONAIS DO FORRÓ

ESTRATÉGIA LOCAL DE ATUAÇÃO

IPHAN-ES

INTRODUÇÃO

A presente Nota Técnica tem por finalidade apresentar as ações desenvolvidas para a organização do Plano de Salvaguarda das Matrizes Tradicionais do Forró no âmbito do estado do Espírito Santo. Trata-se de documento detalhado acerca dos objetivos, diretrizes e normativas desenvolvidas a esse respeito no período compreendido entre julho e dezembro de 2022.

A mérito de esclarecimento, destacamos que o ciclo de reuniões para elaboração do plano de salvaguarda do bem cultural no estado pautou-se nos instrumentos normativos ora vigentes e que passam por revisão no Departamento, em especial as Portarias n°200/2016 e n°299/2015, no alinhamento conforme as orientações da equipe da Coordenação Geral de Promoção e Sustentabilidade (CGPS) assinalados em reunião no dia 5 de julho de 2022, bem como é subsidiado de ideias materializadas no Manual de Elaboração de Planos de Salvaguarda, publicado pelo Iphan no ano de 2022.

Por intermédio dos instrumentos, orientações acentuadas e do material publicado, tem-se por Plano de Salvaguarda: "o instrumento por meio do qual se realiza um conjunto de ações planejadas para a execução em curto, médio e longo prazo, visando à sustentabilidade dos bens culturais reconhecidos como Patrimônio Cultural do Brasil." (Iphan, 2016, p.31). Conforme os documentos, compreende-se que "o Plano de Salvaguarda pressupõe gestão compartilhada, instâncias formalizadas de planejamento, acompanhamento e validação das ações pactuadas e a construção da autonomia das comunidades detentoras para a gestão do seu próprio patrimônio" (*Ibidem*, p.31).

Ao apresentar um caráter programático, o Plano de Salvaguarda se constitui como importante ferramenta na política pública dedicada ao patrimônio imaterial. Segundo a Portaria n°299/2015 que regulamenta o documento, ele é "elaborado a partir de objetivos e metas gerais predefinidos e adaptáveis a cada realidade."(Iphan,2015,p.15).Sendo assim,ele é" composto por ações de curto, médio e longo prazos estruturadas em conformidade com os eixos e os tipos de ação anteriormente descritos e com a indicação dos responsáveis pelo seu acompanhamento e execução, dentre detentores e instituições parceiras." (*Ibidem*, p.15). Ademais, revela-se enquanto instrumento orgânico e passível de mudanças ao longo do tempo, pois "os resultados das ações deverão ser constantemente avaliados e, caso necessário, estas deverão ser reorientadas com vistas ao atendimento dos objetivos do plano". (*Ibidem*, p.15)

Para tanto, segmentamos este texto em quatro itens específicos: em primeiro lugar, acentuamos um breve histórico das ações voltadas à identificação e salvaguarda do bem cultural no estado. Nesse item, espera-se promover uma rápida retrospectiva sobre as ações já empreendidas e as interlocuções construídas entre o Iphan e os detentores. Em segundo lugar, apontamos detidamente os procedimentos metodológicos empregados para a construção e realização do ciclo de reuniões de elaboração do plano de salvaguarda. De antemão, cumpre destacar que a equipe de trabalho formulada comportou diferentes agentes da cultura forrozeira, entre os quais músicos, produtores culturais, professores e pesquisadores.

Em terceiro, promovemos um breve diagnóstico sociocultural do bem cultural no estado, no qual identificamos as possíveis ameaças, as potencialidades e pontos fortes que caracterizam o bem cultural, as possibilidades de parcerias institucionais em torno da salvaguarda no estado, o contexto político-normativo, o contexto ambiental ou territorial do bem no estado, tal como o contexto socioeconômico que lhe é afeto. Em quarto lugar, este texto reflete de modo mais meticuloso e detido as prioridades, os objetivos e ações de salvaguarda estipuladas junto ao bem cultural que foram levantadas durante as reuniões com a base social. Por fim, executamos algumas considerações gerais em que sobressaltamos algumas recomendações acerca das diretrizes e normas junto a este bem cultural imaterial.

HISTÓRICO DA IDENTIFICAÇÃO E SALVAGUARDA DAS MATRIZES TRADICIONAIS DO FORRÓ NO ESPÍRITO SANTO

A *priori*, cabe iniciarmos este texto por meio de um breve histórico de ações voltadas à identificação e à salvaguarda do bem cultural no estado do Espírito Santo. Com base nelas, é possível perceber que o estado, ao nosso juízo, coadunou a identificação do bem cultural à salvaguarda deste processo inicial de interlocução entre o Iphan e a base social detentora.

Em que pese a abrangência e relevância do bem cultural no estado, o pedido de registro iniciadoem2011pelaAssociaçãoBalaiodoNordestenãoinseriunominalmenteoestadodoEspíritoSantoemseu escopo,o qual abrangia primordialmente os estados que integram a região Nordeste. Com a apreciação técnica do Iphan quanto à pertinência do bem cultural,realizadaem2013manifesta-se,ainda que sutilmente, um interesse pela observação do "nordestino em outros estados", o que inferia a inserção de outros estados à proposta de registro. Entretanto, destaco que a Nota Técnica produzida não mencionou, *ipsis litteris*, o estado do Espírito Santo, embora se reportasse a abarcar espaços de forte afluxo migratório de nordestinos.

A realização do Encontro Nacional para a Salvaguarda das Matrizes Tradicionais do Forró, ocorrido em setembro de 2015, em João Pessoa, demarcou um divisor de águas na mobilização desta Superintendência para a contribuição da identificação deste bem cultural. O evento que estipulou a Carta de Diretrizes da Instrução Técnica do bem cultural contou com a presença da Superintendente Elisa Machado Taveira, bem como contou com a participação de detentores do Festival Nacional de Forró de Itaúnas e do blog Forró em vinil. Sendo assim, o evento promoveu a aproximação entre detentores e Superintendência, manifestou o envolvimento da unidade quanto ao enquadramento local do bem cultural e ensejou um contato para futuras relações.

Conforme asseguram os registros custodiados na base documental desta unidade, durante a instrução técnica de registro do bem,em2016, realizou-se uma entrevista com o Sr. Paulo Mattos, um dos fundadores do Bar Forró, situado na vila de Itaúnas. Nessa entrevista com duração de 21 minutos e 8segundos são apontadas características da dança, a inserção da vila de Itaúnas para a expressão cultural, informações relativas ao festival, a importância do turismo, entre outros assuntos. Portanto, essa entrevista configura-se como uma das primeiras iniciativas no estado de Espírito Santo em torno da documentação junto ao bem cultural quanto às práticas culturais.

Após essa iniciativa houve uma pausa nas tratativas em escala nacional, o qual também reverberou na Superintendência, em razão da ausência de recursos disponíveis para encaminhamentos da pesquisa de registro. Com a retomada das atividades em 2018 e 2019, a Superintendência aprofundou o desenvolvimento de atividades em âmbito local. Nesse período, a Superintendência participou do Seminário Nacional Forró e Patrimônio

Cultural, realizado em Recife/PE, bem como alinhou-se às propostas de fortalecimento dos fóruns locais como instâncias de representação dos detentores do forró.

Nesse sentido, realizou-se uma reunião de mobilização para o Fórum Estadual do Forró de Raiz, na Biblioteca Pública Estadual, em Vitória, no dia 02 de julho de 2019. Participaram desta ação 18 pessoas, entre os quais músicos, jornalistas, pesquisadores, professores de dança, produtores culturais, entre outros. Nesse diálogo, a Superintendente historicizou as práticas de busca de reconhecimento do bem cultural, discutiu-se a proposta de temário do Fórum Estadual, bem como convidou-se a participação assídua dos detentores ao evento. A partir disso, foram adotados alinhamentos mais nítidos quanto à organização do Fórum Estadual do Forró de Raiz.

O Fórum Estadual do Forró de Raiz no estado foi realizado de modo presencial, no Parque Estadual de Itaúnas, município de Conceição da Barra/ES, entre os dias 17 e 18 de julho de 2019. A agenda prevista confluía a data do Festival Nacional do Forró de Itaúnas (Fenfit), evento que agrega diferentes detentores do forró de todo o Brasil e do exterior. O evento comportou a presença de representantes do Forró de Itaúnas, a Secretaria Municipal de Cultura de Conceição da Barra, Secretaria de Estado da Cultura, além, evidentemente, do Iphan.

Em termos de debates, o Fórum contextualizou a sua articulação, discutiu sobre os territórios e comunidades forrozeiras, os aspectos performativos do bem enquanto música e dança,a cadeia produtiva, as questões atinentes à contratação dos artistas, as políticas públicas direcionadas ao bem cultural, a importância da mídia, informações relativas ao mercado de trabalho e a profissionalização. E, com base nisso, buscou-se gerar uma carta de salvaguarda do fomento do Forró no estado. Destacamos ainda que ocorreram apresentações musicais e almoço com os participantes, o que aprofundou o envolvimento entre gestores públicos,pesquisadores, detentores e demais agentes.

Após o Fórum, a Superintendência arregimentou forças junto aos detentores para participação na Reunião da Comissão de Cultura e Comunicação Social da Assembleia Estadual do Espírito Santo, em 19 de agosto de 2019, em busca do reconhecimento como patrimônio imaterial do estado. Neste momento, a Superintendência apontou críticas a um relato publicado na imprensa local de que o Espírito Santo não havia se inserido dentro do rol das iniciativas de reconhecimento do bem cultural. Na fala da Superintendente à Comissão, Itaúnas constituía-se enquanto “local privilegiado” que articula patrimônio cultural, turismo e sustentabilidade ecológica.

Em 22 de agosto de 2019, a equipe técnica do Iphan-ES participou de Reunião de Alinhamento sobre as tratativas em torno da salvaguarda deste bem cultural juntos aos demais técnicos das Superintendências, com a participação de pesquisadores da Associação Respeita Januário e da equipe da Coordenação Geral de Identificação e Registro do Departamento do Patrimônio Imaterial. Nesta reunião contextualizou-se o processo de identificação do bem cultural, apresentou-se, em certa medida, o plano de trabalho

da equipe de pesquisa que tinha assinado um termo de colaboração com o Iphan, tal como se sinalizou sobre a ausência de recursos disponíveis para a participação do II Encontro Nacional de Forrozeiros.

Em 3 de setembro de 2019, outro passo decisivo foi colocado em questão no interior do estado do Espírito Santo. O Iphan em parceria com demais agentes realizou uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Espírito Santo. Por intermédio desses encaminhamentos, forrozeiros de Itaúnas receberam homenagens pela contribuição ao estado. Essa era a preparação de terreno para o efetivo reconhecimento como patrimônio imaterial do estado, por meio da lei estadual 11.321, de 9 de julho de 2021. Em que pese a natureza declaratória desse reconhecimento, cumpre destacar que pode ter efeito e respaldo legal quanto ao bem cultural.

Em 14 de outubro de 2021, a equipe técnica da Superintendência do Iphan no Espírito Santo recebeu a comunicação do Departamento do Patrimônio Imaterial sobre a demanda de organização de uma reunião para a configuração do Plano de Salvaguarda do bem cultural entre os dias 8 e 26 de novembro de 2021. (SEI n°4071387) Diante das orientações da Coordenação de Promoção e Sustentabilidade, o Plano de Salvaguarda se desenvolveria antes mesmo do registro do bem cultural. Diante disso, logo entramos em contato como presidente do Fórum Estadual Forró de Raiz no dia seguinte ao e-mail protocolizado, afim de agendamento da data de uma reunião para encaminhamentos destas tratativas solicitadas. (SEI n°4071403). Isso porque o prazo estipulado era muito exíguo e poderia gerar descompassos na execução das demais atribuições do Setor do Patrimônio Imaterial no interior da Superintendência.

Em 18 de outubro de 2021, o presidente do Fórum nos respondeu com grande entusiasmo e empenho sobre a pertinência de agendamento da reunião para o dia 11 de novembro de 2021. Em conversa trocada por meio de ligação telefônica, ainda nos convidou a integrar uma reunião virtual que ocorreria no dia seguinte de tratativas do Fórum para que pudéssemos convidar os detentores para a reunião agendada. De imediato, concordamos por estabelecer essa interlocução necessária junto aos detentores. Portanto, contamos com integral apoio do Fórum na configuração deste documento técnico de grande importância ao desenvolvimento das políticas públicas direcionadas ao bem cultural e, cabe assim, um agradecimento a entidade pelo acompanhamento e colaboração na atividade desde seu embrião.

Ainda no dia 18, manifestamos à Coordenação algumas preocupações em relação à articulação da reunião proposta, a saber: a) sobre a relação de técnicos do DPI dedicados a colaborar com as atividades no estado; b) sobre a quem cumpria a identidade visual do material de divulgação, se a Superintendência ou a área central; c) sobre a ordenação de pauta, se haveria alguma diretriz adotada a esse respeito; d) sobre o levantamento de informações a respeito do estado no processo de registro, visto que era sinalizado em poucos itens do sumário do dossiê de registro, em especial o que se referia à difusão do forró pela dança.(SEI n°4071387)

Em resposta às dúvidas suscitadas, no dia seguinte tivemos uma manifestação de que ainda seria apresentada uma proposta de roteiro, informações acerca do processo de registro, tal como as estratégias de divulgação. Ainda que não houvesse encaminhamentos bem definidos pela área central quanto

à atividade que fora proposta para o mês seguinte, no dia 19 de outubro participamos da reunião do Fórum, a fim de nos apresentarmos à disposição dos detentores, manifestarmos de modo sintético as linhas da política do patrimônio imaterial e,principalmente,convidá-losatomarpartedareuniãododia-11denovembrode2021.Foi um contato importante para início da mobilização com os detentores para a construção do plano de salvaguarda.

Nesta reunião percebemos que era cabível um aprofundamento da apropriação do vocabulário da gestão patrimonial junto aos detentores. Havia algumas dúvidas acerca de conceitos como registro, salvaguarda, plano de salvaguarda, detentores, patrimônio imaterial e sobre o papel da instituição frente à promoção do bem cultural. Portanto,remetemos à Coordenação um e-mail,afim de comunicá-los sobre a necessidade de fortalecer e difundir esses conceitos patrimoniais,afim de que a base social pudesse utilizá-los ao seu benefício e reconhecimento de seus direitos e demandas sociais. Ainda que houvessem esforços concentrados para a difusão destes conceitos, era recomendável que pudéssemos aprofundá-los a fim de ampliar o domínio sobre as categorias empregadas.

A despeito dos esforços iniciados em direção à mobilização da base social para a construção do plano de salvaguarda foi emitido e-mail no dia 29 de agosto de 2021, no qual a referida Coordenação suspendeu as atividades das reuniões de alinhamento nos estados, a fim de que o instrumento de salvaguarda somente pudesse ser desenvolvido após o reconhecimento do bem cultural pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Diante disso, comunicamos ao presidente do Fórum e demais integrantes para a desmobilização da atividade. Sinalizamos ainda que seria retomada as ações tão logo a coordenação geral indicasse sua viabilidade, a fim de implementar o objetivo proposto, qual seja, a construção do plano de salvaguarda. Verificamos que essa situação de declinar as ações ora agendadas em razão de descompassos desperta uma desconfiança com os detentores em relação às práticas institucionais e prejuízos à imagem dos técnicos que estão na linha de frente das interlocuções estaduais. Esperamos que tais situações possam ser evitadas em futuros encaminhamentos.

Apesar do infortúnio que esse incidente trouxe à dinâmica cotidiana das equipes técnicas nas Superintendências e da relação de confiança tecida com os detentores, ele pode desvelar, ao menos, três considerações essenciais sobre a salvaguarda deste bem cultural: (a) o caráter inconteste da natureza patrimonial que esse bem possui para a formação da nacionalidade e da continuidade que possui no tempo histórico, pois ainda que não houvesse manifestação formal do Conselho Consultivo, como sequência do seu rito processual e administrativo, já se estimava e antevia a articulação de seu plano de salvaguarda; (b) a grande capacidade de mobilização e articulação da rede profissional e institucional dos detentores nessa instrução técnica que direcionou caminhos possíveis para o estabelecimento de interlocução instantânea em cada um dos estados; (c) a complexidade de coordenação de um bem com tamanha abrangência, de contornos fluídos e polifônicos, da qual outros estados que ainda não tinham sido inseridos dentro do processo, buscaram se aderir.

Decerto, o bem cultural seguiu os seus devidos mecanismos de instrução técnica. Ao passar pelos procedimentos da Câmara do Patrimônio Imaterial e Procuradoria Federal, seguiu-se à pauta do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural que o registrou, efetivamente, em 9 de dezembro de 2021 no Livro de Formas de Expressão. Dessa forma, ele somou-se a outros quatro bens com inserção nesta Superintendência, a saber: o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, Jongo no Sudeste, Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira.

Após o reconhecimento do bem cultural, a área central promoveu os encaminhamentos quanto à socialização do dossiê de registro do bem cultural. Em 13 de maio de 2022, a Coordenação Geral de Promoção e Sustentabilidade formalizou a entrega de uma primeira versão do documento. A equipe técnica realizou a leitura atenta sobre seus aspectos gerais e constatou que o material apreciado abarca o Espírito Santo, basicamente, em termos do Festival Nacional do Forró de Itaúnas. Sinaliza que Luiz Gonzaga desenvolveu uma turnê no estado e apresenta o Forró de Itaúnas como um estilo de dança típico. No tocante ao capítulo que buscava desenvolver uma geografia do forró, o estado é negligenciado enquanto um item específico. Essa representação construída sobre esse documento técnico silencia as demais formas de musicalidade no estado, bem como as variações de festivais no estado decorrentes do forró pé-de-serra. A amostra, portanto, foi pouco representativa da diversidade do Espírito Santo.

O dossiê de registro não passou desapercebido aos olhares dos detentores do estado. A marginalizaçãodoestadofoisinalizadapelosdetentoresàequipetécnicadaSuperintendência.Em21dejunho de 2022, realizou-se uma reunião virtual com a presença do Sr. Isnaldo Pereira, presidente do Fórum Estadual e Talita Cordeiro (do Fórum Estadual do Forró de Raiz de Minas Gerais) para encaminhamentos gerais. Nessa reunião, o técnico foi interrogado quanto as considerações pouco representativas de informações sobre o forró nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. O técnico deteve-se a análise do estado de qual se enraíza. Concordou com o questionamento do Fórum em relação à dimensão diminuta do bem no estado, mas procurou informar que esse documento era um pontapé inicial para algo que poderia ser melhor aprimorado nos anos seguintes. O objetivo do dossiê era apresentar, de modo geral, a pertinência, o panorama e relevância do bem cultural no país. Sendo assim, a pesquisa que é limitada em termos de recursos humanos, orçamentários e de tempo, muito provavelmente, contou com desafios para a ampliação de estudos sobre o estado do Espírito Santo. Em que pese isso, a documentação sobre o bem pode ser desenvolvida no período posterior ao reconhecimento.

Para além deste debate, a reunião em questão também tratou sobre a organização do IV Fórum Nacional do Forró de Raiz, que seria sediado no Espírito Santo. Os detentores evidenciaram as tratativas junto à Secretaria de Estado da Cultura para financiamento e captação de recursos ao evento. Pontuaram sobre as dificuldades que enfrentaram em termos logísticos, calendário e divulgação. Ainda suscitaram do Iphan uma manifestação acerca do apoio que poderiam conceder ao evento. Em razão disso, a equipe técnica salientou sobre a escassez orçamentária que rege o Instituto no ano de 2022,

cuja Superintendência não tinha comportado aprovação de ações orçamentárias junto aos bens culturais e buscava, ao menos, assegurar as condições para o deslocamento dos técnicos no estado. Em todo caso, orientou-se que pudesse, caso fosse necessário, protocolizar um material junto ao organismo, a fim de gerar um processo administrativo para uma manifestação formal da instituição. O e-mail enviado, contudo, não expôs expressamente uma solicitação, tendo evidenciado,em maior medida, a pauta da reunião mencionada e o convite à data de próxima reunião de alinhamento. (SEI n°4072387)

Isso se justifica em razão do terceiro ponto mencionado na reunião, no qual se discutiu sobre a possibilidade de realização de uma reunião de alinhamento para a construção do Plano de Salvaguarda. Ficou agendado o início das tratativas para o dia 18 de julho de 2022 e, desde então, iniciou-se a mobilização de parceiros institucionais como o Parque Estadual de Itaúnas. Essas orientações quanto à retomada das ações voltadas à elaboração do documento foram manifestadas pela Coordenação Geral do Promoção e Sustentabilidade nas reuniões junto aos técnicos datadas de 19 de maio de 2022 e 22 de junho de 2022. Em cada uma delas, a Superintendência se fez presente com, ao menos, um representante de seu corpo técnico. Por intermédio delas, observou-se o interesse da gestão em produzir os planos de salvaguarda de todos os bens culturais, em especial o do Repente, Ciranda do Nordeste e das Matrizes Tradicionais do Forró. Apenas a este último cabe nossa abrangência.

Ao final da reunião do dia 22 de junho, a equipe técnica do Iphan-ES solicitou à Coordenação Geral de Promoção e Sustentabilidade uma reunião para alinhamento quanto a organização das atividades de elaboração do Plano de Salvaguarda. (SEI n°4072651) Evidenciou-se que já se tinha agendado uma reunião de mobilização junto aos detentores para início das atividades. Ao mesmo tempo, sinalizou-se sobre os encaminhamentos adotados até aquele momento no sentido de promover o ciclo de reuniões para a construção do Plano de Salvaguarda no estado do Espírito Santo. Em resposta, uma das técnicas da Coordenação assinalou o agendamento da reunião de alinhamento com os técnicos das Superintendências para o dia 5 de julho de 2022. Neste encontro foram emitidas as diretrizes, apresentados os cronogramas de execução e outros apontamentos relativos à construção do Plano de Salvaguarda das Matrizes Tradicionais do Forró. Nesta reunião, o técnico responsável pela execução das atividades no estado do Espírito Santo pontuou sobre as tratativas em desenvolvimento para a realização da Reunião de Alinhamento com a base detentora em Itaúnas, assinalou as dificuldades dos detentores quanto à realização do Fórum Nacional, bem como comunicou sobre a repercussão dos detentores quanto à leitura do dossiê de registro.

Sendo assim, estes foram os encaminhamentos anteriores que materializaram o desenvolvimento das atividades para a construção do Plano de Salvaguarda no estado do Espírito Santo. Passemos agora a um estudo concentrado nas metodologias adotadas neste processo, tendo em vista a observação criteriosa das reuniões e procedimentos analíticos adotados.

METODOLOGIA DO CICLO DE REUNIÕES DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE SALVAGUARDA NO ESPÍRITO SANTO

A realização das atividades do ciclo de reuniões para a elaboração do plano de salvaguarda do Espírito Santo pautou-se, primordialmente, na execução de sete (7) reuniões de mobilização, dentre as quais, uma (1) em formato presencial, uma (1) em formato híbrido e cinco (5) em formato virtual. Tais encontros foram realizados entre 18 de julho de 2022 e 17 de dezembro de 2022 e congregou uma equipe de trabalho com 27 pessoas, sendo eles produtores culturais, professores de dança, pesquisadores, ativistas culturais, músicos, além de servidores do Iphan. Destaco a presença de participantes de outros estados na composição da equipe, o que permitiu um intercâmbio de ideias em relação às propostas de demais estados e evidencia a capilaridade da teia patrimonial tecida ao longo do processo de identificação e deste início de salvaguarda. (Sobre a listagem da equipe de trabalho, ver SEI n°4074111)

Em termos de procedimentos analíticos empregados, pautamo-nos primordialmente, na elaboração de uma tabela colaborativa entre os detentores, bem como mediação dialógica e exibição de slides. Cada qual, apresentava-se, em certa medida, como estratégias de aprofundamento nas demandas sociais vigentes, diagnóstico sociocultural do bem cultural, tal como um mecanismo para o levantamento os objetivos e ações de salvaguarda essenciais. Para documentação das atividades, foram elaboradas as memórias detalhadas de cada uma das reuniões, gravações em áudio que giram torno de 3 horas de duração em cada uma delas e registro visual, por meio de prints de tela e fotografias dos envolvidos. Após esse material levantado, realizou-se uma sistematização dos documentos em listagens de presença e formatação da tabela colaborativa entre os dias17 e 21 de dezembro. A escrita desta Nota, por sua vez, foi iniciada no referido dia até a presente data de assinatura.

A respeito do primeiro encontro de mobilização, cumpre destacar que o mencionamos como reunião de alinhamento para a construção do plano de salvaguarda. Seu objetivo centrava-se em articular a base detentora em torno dos conceitos da gestão patrimonial e promover um planejamento de execução das atividades da construção do Plano de Salvaguarda. Foi realizada no dia 18 de julho de 2022, no Parque Estadual de Itaúnas. Para o desenvolvimento, contou-se com o apoio da equipe de gestão desta unidade de conservação estadual e centro da comunidade forrozeira no estado. Segundo aponta-se em debates, o vilarejo localizado em Conceição da Barra é considerado a “Meca do Forró”. Por esse motivo, a escolha simbólica neste espaço tem caráter estratégico. Da mesma forma, menciona-se que a data escolhida também guarda um quantum de energia social, dado que correspondia exatos três anos após a organização do Fórum Estadual do Forró e inscrevia-se dentro do rol de atividades do Festival Nacional do Forró. Em termos quantitativos, observa-se que este primeiro encontro foi o mais expressivo e comportou discussões acerca das categorias da política patrimonial. (SEI n°4074116). Para despontá-la, fez-se uso de uma apresentação de slides articulada acerca

do papel do Iphan, de conceitos da política do patrimônio imaterial e do processo de identificação do forró no país e no estado. (SEI n°4111638). Em relação aos encaminhamentos, pode-se afirmar que se convencionou um cronograma inicial que foi alterado devido as intercorrências existentes ao longo do semestre e a pequena adesão às reuniões seguintes.

A segunda reunião foi projetada, inicialmente, para ser realizada no Festival de Forró de Barra Nova, São Mateus. Entretanto, o presidente do Fórum Estadual do Forró de Raiz no estado era um dos organizadores do evento,o que inviabilizou sua coetaneidade entre a reunião e a organização do evento. Em igual medida, a equipe técnica do Iphan-ES realizou naquele mesmo final de semana previsto para a realização da atividade uma Oficina Regional Sul sobre Captação de Recursos do Jongo no município de Muqui. Assim sendo, optou-se pela articulação em outra data, qual seja, dia 17 de agosto de 2022 em modalidade virtual. A iniciativa neste formato foi consensual entre os atores, dado o horário noturno em que se situava a reunião, bem como pela facilidade de acesso de detentores localizados em diferentes municípios do estado. Oito pessoas participaram desta reunião, cujos intentos não foram cumpridos com êxito esperado, visto que houve dificuldades de conexão entre os participantes, em especial o técnico do Iphan que não era escutado na Plataforma do *Microsoft Teams*.(SEI n°4074120).Nesse sentido, após alguns minutos de interlocução entre alguns detentores, a reunião foi suspensa e adiada para o dia 2 de setembro.

A terceira reunião ocorrida no dia agendado procedeu em formato híbrido. Para executá-la, recorreu-se ao Museu Capixaba do Negro (Mucane) para disponibilização do auditório de reuniões. A equipe do Museu informou sua disponibilidade, porém acusou, posteriormente, a dificuldade de acesso às redes virtuais. Em virtude do fato de já haver divulgação nas redes sociais quanto à localização e diante da imprecisão quanto à expectativa de público para a atividade ser sediada na Superintendência, permaneceu-se a instalação da atividade no local. Para o planejamento da atividade, separamos 30 exemplares do folheto ”Patrimônio Imaterial” presente na coleção Para saber mais, afim de distribuir ao público presente. Durante a parte da manhã ainda solicitamos à Chefia da Divisão Administrativa a alocação da sala de reuniões da Superintendência, caso, de fato, não tivéssemos acesso virtual.

Às 14 horas do dia 2 de setembro, percebemos que apenas 3 detentores estavam presentes no espaço museológico. Em razão da proximidade espacial, pertinência quanto ao uso das redes virtuais e existência de disponibilidade de espaço para comportar os detentores, migramos até a Superintendência para a realização da reunião. Desse modo, o início da reunião se deu, mais precisamente, por volta de 14 horas e 25 minutos. Ao adentrar, foi concluída a organização do espaço para a atividade e começou-se a transmissão. (SEI n°4074126). De modo geral, a reunião se propôs a definir os setores ou eixos temáticos centrais. Optou-se pela não realização de eixos consagrados da Portaria Iphan n°299/2015, mas sim a seleção de temas gerais que, a partir dos quais, seriam idealizados os objetivos e ações de salvaguarda. Foram temas extraídos desta reunião: mídias, tecnologias e redes sociais, valorização profissional, acervos e documentação, pesquisas e mapeamento, transmissão

de saberes, acessibilidade e deslocamento, Centro de Referência do Forró, Promoção de debates sobre o forró, além de normativas e legislação. Além disso, agendou-se uma segunda reunião para o dia 10 de outubro.

A quarta reunião, por sua vez, ocorreu na data estipulada em formato virtual na Plataforma *Microsoft Teams*. (SEI n°4074204). Nesta reunião, validou-se o conjunto de setores temáticos e se propôs a inclusão do item "fomento e cadeia produtiva" aos demais temas já assinalados em reunião anterior. Da mesma forma, foi iniciado a enumeração de objetivos e ações de salvaguarda possíveis para os setores de mídias, redes sociais e tecnologia, além de valorização profissional. Nessa etapa, reforçou-se o papel da tabela colaborativa para a conclusão dos trabalhos. A versão da tabela foi disponibilizada ao público por meio de grupo de mensagens para inclusão de outros objetivos e ações, afim de tornar o trabalho executado uma proposta coletiva e de abrangência entre os detentores. Definiu-se o dia 17 de outubro, semana seguinte, enquanto a data do próximo encontro.

De fato, organizou-se a quinta reunião em formato virtual na semana seguinte (SEI n°4074211). Tal como a anterior, a mobilização se deu primordialmente, por meio das redes sociais e grupos de mensagens do *Whatsapp*. Deu-se continuidade à metodologia proposta de composição de uma tabela colaborativa com os objetivos e possibilidades de ações de salvaguarda. De certa maneira, as áreas enfocadas foram, basicamente, os setores de "pesquisas e mapeamentos"; "transmissão de saberes" e iniciou-se o "centro de referência do forró no estado". No que diz respeito a este último item, pode-se inferir que os participantes expressaram interesse em conhecer a realidade nacional, para identificar a existência de centros de referência do forró em outros estados. A equipe técnica, portanto, colocou-se à disposição para consultar os demais técnicos e a Coordenação Geral de Promoção e Sustentabilidade quanto às dúvidas suscitadas. Para tanto, empregou-se o grupo de mensagens interno dos técnicos para esta consulta. A devolutiva aos detentores quanto às respostas foram apresentadas na reunião seguinte agendada para o dia 24 de outubro.

Nesta sexta reunião, a equipe técnica apresentou as respostas obtidas com técnicos das Superintendências de São Paulo, Rio Grande do Norte, Distrito Federal, Rio de Janeiro e Pernambuco (SEI n°4074214).Em igual medida apresentamos a resposta de uma das técnicas da Coordenação Geral de Promoção e Sustentabilidade quanto os centros de referência. Independentemente das respostas obtidas, há de considerar um aspecto importante que foi tônica das discussões: a atenção dos detentores em promover ações de forma paralela aos demais estados. Reforço aqui o apontamento de que participaram das reuniões capixabas, alguns representantes de outros fóruns estaduais, o que evidencia a força da rede de sociabilidade entre os agentes em questão no sentido de promover uma gestão compartilhada e forçosamente integrada da salvaguarda do bem cultural. Para além da continuidade da discussão do centro de referência do estado, outros setores analisados foram "Acessibilidade, deslocamento e transporte", "Promoção de Debates sobre o Forró" e "Acervos e Documentação". Ao final desta reunião estipulou-se a data de 7 de novembro para a continuidade das tratativas, porém não foi possível mobilizar os agentes para a realização desta data. Em seguida, os horários estipulados (sobretudo

as segundas) foram duramente atingidos pela realização de jogos da Copa do Mundo de Futebol. Postergou-se, assim, para a data de 12 de dezembro, para encerramento do ciclo de reuniões, data simbólica em razão da proximidade com o dia nacional do forró.

Ao agendarmos a data de 12 de dezembro, aguardarmos durante uma hora além do horário estipulado (18 horas), porém observamos que não possuímos quórum, sendo integrantes da reunião apenas o técnico do Imaterial e o então chefe substituto da Divisão Técnica. Ao conversarmos por telefone com o Presidente do Fórum, alinhou-se a data do sábado seguinte, dia 17 de dezembro, a fim de assegurarmos a finalização do ciclo de reuniões ainda no ano de 2022. A sétima (e última) reunião, portanto, teve como enfoque central a conclusão dos itens Fomento e Cadeia Produtiva, bem como Normativas e Legislação (SEI n°4074218). Além disso, houve a validação do documento final que seria disponibilizado aos demais detentores para sugestões e alterações, caso fossem necessários. Em razão do período próximo ao período natalino,disponibilizou-se o material das memórias das reuniões em aplicativo de mensagens no dia 21 de dezembro de 2022 e se propôs que fossem desenvolvidas acréscimos, mudanças ou retificações até o final da primeira semana de janeiro. Não houve quaisquer alterações enviadas até o presente momento e houve considerações elogiosas quanto ao material no grupo de mensagens, o que se consideramos haver uma validação no material que ora apresentamos. A partir do dia 21 de dezembro, iniciou-se ainda a escrita da presente Nota técnica para alinhamento quanto as tratativas adotadas.

Portanto, o ciclo de reuniões envolveu sete reuniões realizadas em diferentes formatos (virtual, híbrido e presencial) no sentido de agregar o maior número de detentores possíveis à equipe de trabalho e de modo a enquadrar o cumprimento dos objetivos aos desafios orçamentários impostos pelas condições que presenciamos na elaboração deste plano de salvaguarda. Como se viu, não foi uma tarefa fácil a mobilização dos agentes às reuniões, porém houve uma adesão e interlocução direta, sobretudo com a coordenação do Fórum Estadual do Forró de Raiz que atuou em articulação com a equipe técnica para adoção das medidas indispensáveis à construção deste material. Cabe, pois, investigarmos a seguir o diagnóstico sócio-cultural extraído dessas reuniões, tal como os objetivos e as ações de salvaguarda elencadas como prioritárias para a formulação deste documento.

DIAGNÓSTICO SÓCIO-CULTURAL DAS MATRIZES TRADICIONAIS DO FORRÓ

Para a configuração de um diagnóstico sócio-cultural das Matrizes Tradicionais do Forró no estado do Espírito Santo, tomaremos por base as reuniões realizadas para a construção do plano de salvaguarda, as interlocuções estabelecidas com a base detentora, bem como as informações disponíveis em teses e dissertações defendidas ao longo dos últimos anos, frutos da incursão bibliográfica que realizamos nos últimos meses.

Para uma abordagem mais ampla acerca do bem cultural em destaque, promovemos observações no tocante às potencialidades ou oportunidades; às ameaças ou desafios a serem enfrentados; à perscruta de parceiros institucionais ;ao contexto político-normativo; ao contexto ambiental ou territorial vigente; e por fim, ao contexto histórico e sócio-econômico. Por meio destes itens, espera-se dar conta da natureza multifacetada deste bem cultural no estado, de modo a possibilitar construir um instrumento que vise guiar ou orientar as políticas públicas indispensáveis à salvaguarda do Forró.

I. OPORTUNIDADES E POTENCIALIDADES:

Em termos de oportunidades, é possível destacar que o bem cultural apresenta, ao menos, duas acepções bastantes proeminentes, quais sejam: a grande capacidade de articulação política no âmbito local, bem como a autonomia na organização do Fórum e representatividade dos detentores no estado.

Quanto ao primeiro ponto, as atividades das reuniões expõem que, ao compararmos com os demais bens culturais com abrangência territorial no Espírito Santo, as Matrizes Tradicionais do Forró tem uma grande capilaridade nos circuitos das políticas estaduais e municipais de cultura. Destaca-se que o Fórum mantêm boa articulação com a Secretaria de Estado da Cultura no sentido de captação de recursos financeiros para suas atividades, bem como diversos detentores pontuaram seu envolvimento em órgãos representativos da administração pública, em especial conselhos participativos. Esses canais de interlocução viabilizam aos detentores uma importante entrada nas políticas públicas destinadas à cultura. Sinaliza-se ainda que alguns expoentes possuem experiências profissionais e trajetórias de criação de centros de referência e articulação em outros projetos culturais de grande monta na política estadual, sobretudo a participação em festivais de música. Por esse motivo, considera-se enquanto oportuno esse diálogo aberto entre os detentores do bem cultural.

Em relação ao segundo ponto, pode-se afirmar que o Fórum Estadual do Forró de Raiz constitui-se enquanto uma entidade representativa de interesses da base social detentora, sendo pertinente a continuidade do mesmo

enquanto principal polo de interlocução do Iphan com os forrozeiros. É cabível salientar a importante rotatividade entre os agentes dos cargos de gestão da entidade e a permanência da aspiração de continuidade de transmissão de um legado entre uma e outra administração. Trata-se de organismo que contempla detentores de norte a sul do estado que, embora tenha epicentro em Itaúnas, possui uma difusão em diferentes municípios, entre os quais da Região Norte e Metropolitana. Nesse sentido, pode-se, contudo, alertar à política de salvaguarda de que é necessário aprofundar e fortalecer a autonomia do Fórum, a fim de apoiá-lo em suas demandas que expressam, de modo geral, interesses dos detentores do estado.

II. AMEAÇAS OU DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS:

Ao longo das reuniões diversas as ameaças à continuidade do bem ou dificuldades atravessadas pelos agentes foram constatadas. Para fins de análise, destacam-se: o falecimento dos forrozeiros mais velhos sem o devido acompanhamento e reconhecimento em vida da contribuição de suas práticas culturais; as dificuldades na contratação pública de artistas; a desvalorização dos cachês dos artistas locais frente aos artistas que são forasteiros ou de grande apelo midiático; dificuldades na circulação dos detentores para a transportar seus equipamentos e obtenção de vistos em caso de existência de atividades no exterior; bem como a sazonalidade dos festivais.

No que se refere ao *falecimento dos forrozeiros mais idosos*, os detentores alegam que é preciso estabelecer um reconhecimento - inclusive com a declaração de patrimônio vivo- aos mestres forrozeiros e, sobretudo, os artesãos de instrumentos musicais como a rabeca. Em razão da idade avançada, muitos deles estão falecendo sem o devido o prestígio de que deveria ser realizado. Por esse motivo, assinalam diferentes iniciativas acerca de homenagens e premiações a esses detentores. Ademais, é possível perceber o interesse por iniciativas voltadas à difusão de folhetos e outros suportes que venham a divulgar o legado e trajetória de mestres forrozeiros. Diante disso, cogitou-se a possibilidade de estimular a criação da legislação estadual do patrimônio vivo, a fim de comportar essas demandas sociais.

Em relação as *dificuldades de contratação pública*, os detentores destacaram sobre. Acerca deste ponto, os forrozeiros sinalizaram como estratégias cabíveis a adoção de interlocuções para a revisão das lei de contratações dos serviços públicos que atentem para essa valorização desses profissionais, de modo a assegurar a esses detentores condições adequadas de alimentação, transporte, segurança, infraestrutura dos palcos em que se apresentam, entre outras garantias indispensáveis à boa execução de suas apresentações. Tratou - sede um ponto discutido por parcela dos detentores a adoção de alguns mecanismos de regulamentação dessas contratações, no sentido de, simultaneamente, do Estado não interferir em excesso nas relações de mercado, mas também não permitindo as desigualdades na contratação dos agentes.

Subjacente à anterior, os detentores ainda apontam sobre o *desprestígio dos artistas locais* enfrentam em termos de concorrência com os artistas que

vem de fora da localidade e que possuem grande repercussão nas mídias sociais. Por vezes, os detentores locais possuem cachês desproporcionais se comparadas à contratação de artistas midiáticos. Apesar disso, são esses atores que possuem uma identidade com a cultura regional, inscrevem-se nas expectativas e aspirações locais. O prestígio dos artistas externos em detrimento dos locais se expressa não apenas no reconhecimento financeiro, mas em outros aspectos simbólicos, tais como as dimensões dos palcos de apresentação ou a quantidade de artistas locais contratados.

Acrescenta-se às dificuldades sinalizadas, os *empecilhos burocráticos dos artistas na circulação territorial*, tanto internamente ao estado, quanto ao exterior. Diversos detentores comunicaram nas reuniões sobre as dificuldades que possuem na obtenção de vistos aos seus respectivos passaportes internacionais. Por vezes, há grande demora na liberação dos vistos pelos organismos do Ministério das Relações Exteriores e, em alguns casos, não conseguem realizar suas apresentações no exterior, devido ao tempo ter ultrapassado à sua agenda. Isso se deve a grande quantidade de documentos a serem providenciados e todos os rigores estabelecidos sem que haja uma distinção do papel que estes detentores exercem no sentido de, como mencionam, "levar a cultura brasileira". Por esse motivo, articularam-se ações no sentido de promover tratativas entre os detentores, o Iphan e o Ministério das Relações Exteriores para mitigação dessa dificuldade atravessada. Além do âmbito externo, pontuou-se ainda sobre os custos e despesas necessárias para o deslocamento dos detentores no interior do estado e do país para realização de suas apresentações, dado que demandam cuidados especiais, sobretudo com seus instrumentos de trabalho. Nesse aspecto, visualizou-se como um horizonte palpável o fortalecimento e ampliação de editais de locomoção já existentes no âmbito da Secult/ES.

Por fim, é importante destacar a *sazonalidade dos festivais* enquanto uma ameaça constante aos detentores. Segundo eles, estas festividades não são contínuas ao longo do ano. Por vezes, elas se concentram em datas específicas, o que gera um certo marasmo em outras etapas do ano em termos de apresentações. Isso dificulta não somente os artistas, mas toda a cadeia produtiva que envolve o forró. Tal fato, ocorre principalmente em Itaúnas, que possui como alta temporada os meses de julho, dezembro e janeiro. Porém, os demais períodos recebem menos turistas e visitantes, o que dificulta a continuidade das atividades culturais no local. É, portanto, indispensável a realização de atividades que venham a suprir essa questão de modo a gerar uma arrecadação perene e as oportunidades de trabalho constantes, quer seja aos artistas quanto aos demais agentes que orbitam sobre a constelação forrozeira.

III. PARCEIROS INSTITUCIONAIS:

No que tange aos parceiros institucionais elencados durante as reuniões, enunciamos a seguinte relação:

(Aderes);

a) Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo
b) Arquivo Público do Estado do Espírito Santo(APEES);
c) Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales);
d) Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal);
e) Faculdade de Música do Espírito Santo (Fames);
f) Emissoras de rádio e televisão (tais como Rede Gazeta, Tribuna e TV Vitória)
g) Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes);
h) Ministério das Relações Exteriores;
i) Ministério do Trabalho;
j) Ministério Público Estadual;
k) Museu Capixaba do Negro Verônica Pas (Mucane);
l) Parque Estadual de Itaúnas (PEI);
m) Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo (Secult/ES);
n) Secretarias Municipais de Cultura (em especial de Conceição da Barra, dada a inserção da vila de Itaúnas);
o) Secretarias Municipais de Educação;
p) Secretaria Nacional de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual;
q) Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae);
r) Serviço Social do Comércio (Sesc);
s) Sociedade Musical Lyra Mateeense;
t) Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

Como se vê, a relação de atores destacados do diagnóstico contempla atores locais, estaduais e nacionais. Destaco que alguns parceiros são refletidos primordialmente às atividades de ensino e pesquisa do bem cultural (em especial, as universidades, institutos federais, faculdades de música e o Arquivo Público Estadual); outros em âmbito jurídico-legal (tais como o Congresso Nacional e o Ministério Público Estadual). Há ainda aqueles que versam de modo transversal, tais como as Secretarias Municipais e Estadual de Cultura. Desse ponto de vista, têm-se como parceiros privilegiados, prioritariamente estes dois últimos. Destaca-se que a interlocução com esses agentes tem se materializado de forma intensa, dado que existem gestores da Secult/ESnas interlocuções com os detentores e representantes das Secretarias Municipais, em especial de Conceição da Barra, o qual, inclusive, colaborou com o processo de formulação deste Plano de Salvaguarda.

IV. CONTEXTO POLÍTICO E NORMATIVO:

No que concerne ao contexto político e normativo existente no estado, vemos como um terreno fértil e propício à adoção de algumas medidas de salvaguarda das Matrizes Tradicionais do Forró.

Ao nível das normativas existentes, pode-se mencionar a existência de diferentes iniciativas caracterizam o escopo de benefícios ao bem cultural. São elas: a Lei de Incentivo à Cultura Capixaba (LICC), Lei Paulo Gustavo, Lei Aldir Blanc, Lei federal n°11.176 (as Legislações Municipais de incentivo

à cultura que recaem sobre o Imposto sobre o Serviço (ISS), a Lei Rouanet, os editais de cultura da Secretaria de Estado da Cultura lançados anualmente, a existência da Lei Complementar estadual n°458/08 (que instituiu o Fundo Estadual de Cultura - Funcultura), o Programa de Co-investimento Fundo a Fundo, bem como a própria Lei Estadual n°11.321/21, que instituiu o Forró de Itaúnas como patrimônio imaterial do estado. Ambas normativas em vigor foram mencionadas durante as reuniões enquanto ações significativas ao desenvolvimento das práticas culturais dos forrozeiros.

Ao longo das reuniões, discutiu com intensidade este aspecto, especialmente, quando se direcionou a criação do setor "Normativas e Legislação". Nesse campo materializou-se enquanto análises importantes três vertentes prioritárias: a legislação voltada à revisão da contratação pública de artistas locais; o aperfeiçoamento da lei declaratória do Forró de Itaúnas como patrimônio imaterial do estado para que se torne também uma lei de incentivo à cultura forrozeira; e, por fim, a importância de criação de normativas voltadas à valorização e ao reconhecimento do forró na cultura escolar, a partir da inclusão e inserção dos saberes relativos às matrizes tradicionais do forró no ensino de música das escolas públicas e privadas.

Além do perfil normativo, é cabível destacar a interlocução dos atores com a política local, por meio de suas instâncias de representação. Como já mencionamos anteriormente, o estado possui detentores com grande perspicácia de articulação política, quer seja junto à Secretaria de Estado da Cultura, quer seja nos organismos colegiados. Entretanto, é importante que, para além de interlocução, esses agentes possam, além de pleitear as demandas, ter suas reivindicações encampadas efetivamente. Desse modo, faz-se necessário o incremento de ações interinstitucionais com a colaboração ativa dos detentores e promoção de medidas que venham a fortalecer os canais de mediação dos detentores com a esfera política.

V. CONTEXTO AMBIENTAL E TERRITORIAL:

Em termos de contexto ambiental e territorial do bem cultural no estado, é possível notar que a abrangência dos forrozeiros tem como ponto central o vilarejo de Itaúnas. A localidade é, de fato, percebida enquanto a "Meca do Forró" e sua territorialidade é associada ao imaginário social dos forrozeiros. Para fins de georreferenciamento, é possível apresentar as coordenadas geográficas aproximadas de 18°25'06" Se 39°42'33"O, sendo distante da capital do estado, Vitória, em cerca de 250 quilômetros.

No que se refere ao domínio morfoclimático, integra-se de vegetação ombrófila densa, sob o bioma da Mata Atlântica e com ecossistemas costeiros (sobretudo o dunas e manguezal). De modo geral, trata-se de uma zona quente e úmida, com médias máximas que alcançam os 34°C e grande pluviosidade de novembro a janeiro. Quanto aos elementos hídricos, a área é banhada pelo rio Itaúnas e seus córregos. A relevância da biodiversidade da localidade já era constatável pelos naturalistas no período colonial, entre os quais Maximiliano Wied-Neuwied.

Segundo Aragão, o vilarejo detinha uma função de “zona tampão” aos conquistadores de áreas auríferas(Aragão,2013,p.15).Com o tempo passou a residir na localidade abandonada pela Coroa portuguesa e o Império Brasileiro, diversas comunidades tradicionais oriundas de populações originárias e negras (quer sejam escravizadas, fugidas ou livres). Ao fim do século XIX e início do século XX era ocupada por comunidades de pescadores tradicionais. Ao longo da década de 1940, a localidade inseriu-se de modo mais intenso à dinâmica de extração da ciclo madeireiro local. Esse processo desenvolvimentista foi um dos motivos responsáveis para o avanço das dunas sobre o vilarejo. Isso resultou em um soterramento das casas do agrupamento populacional e demandou a migração das comunidades à Nova Itaúnas. Entre os vestígios arqueológicos desse período anterior está a casa de Tamandaré (o qual se tornou uma trilha do parque). No mesmo compasso que esse processo, ocorreu também uma migração da localidade para que a mão-de-obra pudesse ocupar os postos de trabalhos nos empreendimentos industriais crescentes nos anos de 1950 em diante, qual seja a Aracruz Celulose.

Em meio à isso, existiram ações de sujeitos como do botânico Augusto Ruschi e outros conservacionistas que defenderam a manutenção das florestas locais, inclusive com discussões de criação de reservas florestais no espaço desde a década de 1940. Entretanto, o Parque Estadual de Itaúnas apenas seria fundado oficialmente enquanto tal pelo decreto estadual n°4.967-E, de 8 novembro de 1991. A partir de 1999, o Parque integrou-se ao conjunto natural da Costa do Descobrimento, tombado pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade. (Santos, 2016, p.295-296; Hacon, 2011). A despeito disso, percebe-se certas tensões entre as comunidades locais e o gestores da unidade de conservação, devido aos usos e apropriações dos espaços sócio- naturais. Além disso, a localidade possui importantes ameaças de avanço do plantio de eucaliptos, bem como de expansão urbana do setor imobiliário, para a construção de loteamentos residenciais.

A localidade de Itaúnas insere-se em um complexo cultural mais abrangente, no qual se situam as Comunidades Quilombolas do Sapê do Norte. Neste bem cultural existem uma pluralidade de referências culturais, tais como o Jongo no Sudeste, os bailes de congos ou ticumbi de São Benedito, reis de bois, marujada, alardo de São Sebastião, cabula, Samba de São Benedito, bem como o artesanato de cipós, taquarinha e uruba. Além destas ainda consta-se o forró de sapezeiro, uma especificidade do bem cultural no estado. Em termos de edificações, pode-se colocar enquanto elementos representativos a Igreja de São Benedito na Vila de Itaúnas (criada pelos brincantes dos bailes de congos), a Igreja de Sebastião de Itaúnas (cuja construção recebeu tombamento pelo Conselho Estadual de Cultura), além de casas de farinha (ou quitungos).

Dentre as referências culturais mais marcantes deste espaço sociocultural está o *Forró de Sapezeiro*. De acordo com o Inventário Nacional de Referências Culturais desenvolvido entre 2007 e 2008 sobre as comunidades quilombolas do Sapê do Norte, essa especificidade local:

> Trata-se do modo como os moradores da região e das comunidades do Sapê do Norte nomeiam um ritmo musical tocado com viola, pandeiro e sanfona. Este forró ocorre nas festas das comunidades quilombolas e nos ensaios das brincadeiras. Nos intervalos entre os ensaios é tocado este ritmo animando a noite toda. As músicas que compõem o repertório são diversas, passando por cantigas e valsas antigas a músicas de autoria local. O que mais distingue este ritmo do forró tocado nos bares da vila de Itaúnas é o modo de tocar as músicas, a melodia e a estrutura dos arranjos e improvisos realizados com pandeiros. (OLIVEIRA *et al*, 2008, p.5)

Ainda que tenha sido alvo de poucos estudos, o Forró de Sapezeiro foi lembrado de modo particular nas análises do ciclo de reuniões. Dedicou-se, inclusive, demandas por criação de documentários a respeito da expressão cultural, no sentido de entrevistar e gravar as figuras de ancestralidade que transmitem esses saberes. Ao considerarmos que a política pública do patrimônio imaterial é inclusiva e abrangente, é importante notar que os forrozeiros, embora tenham Itaúnas como sua centralidade, não se reduzem ao vilarejo. Denota-se em algumas passagens dos detentores que existem outros festivais e casas dedicadas ao forró no estado, dos quais demandariam de atenção e investigação, a fim de propor uma maior abrangência e descon-centração dos estudos (para além de Itaúnas). A partir da relação tecida por meio da mediação dialógica,foi possível produzir o seguinte quadro:

Quadro 1 - Breve Mapeamento da Abrangência das Matrizes Tradicionais do Forró no Espírito Santo.

Município	Local de expressão cultural no estado
Alegre	Festival do Forró de Alegre
Conceição da Barra	Festival Nacional do Forró de Itaúnas (Fenfit) e Festival de Verão de Itaúnas
Divino São Lourenço	Festival do Caparaó-Penha Roots
Linhares	Festival do Forró Pontal
Mimoso do Sul	Festival da Sanfona e da Viola de São Pedro do Itabapoana
Montanha	Festival de Forró e Carne de Sol de Montanha
Pedro Canário	Festival do Forró da Tábua Lascada
São Mateus	Festival de Forró de Barra Nova
Serra	Casa de Forró Deck 16
Vila Velha	Festival Brasil Roots
Vitória	Festa de São Pedro

(OBS.: Esta relação que compreende a tabela acima foi configurada a partir das discussões no Ciclo de Reuniões da elaboração do Plano de Salvaguarda das Matrizes Tradicionais do Forró no Espírito Santo. Evidentemente, não consiste em uma pesquisa de mapeamento amplificada sobre a abrangência do bem cultural no estado. É, portanto, cabível e indispensável futuras inserções e acréscimos ao breve estudo, a fim de possibilitar um levantamento detido acerca da territorialidade da forma de expressão no estado.)

Sob esse ponto de vista, podemos verificar que válido ampliar a identificação dos festivais e espaços de irradiação da cultura forrozeira no estado, tendo em vista que o dossiê de registro se limita a abordagem do Festival Nacional de Itaúnas, quando se reporta ao estado. Entretanto, as interlocuções com os detentores ampliaram o escopo de análise e nos indicam sobre a possibilidade de observar uma rede socioprofissional mais abrangente do bem cultural no estado que extrapola os limites de Itaúnas. Em diferentes municípios, é possível notar a inserção do "forró tradicional", "de raiz" ou "pé-de-serra". A partir deste enfoque, porém, observamos poucas informações acerca dos municípios localizados na região sul do estado, tais como Castelo, Cachoeiro de Itapemirim, Conceição de Castelo, entre outros. Da mesma forma, percebe-se a crescente inserção de outros ritmos e redução do forró de raiz em diferentes festivais.

É importante mencionar ainda a hibridização cultural que a sanfona ocupou no processo de formação territorial do estado do Espírito Santo. Como fora mencionada durante as reuniões, a sanfona dos oito baixos foi empregada não somente por nativos do estado, mas também correntes migratórias, em especial oriundas das culturas italianas e pomeranas. Desse ponto de vista, a sanfona - sobretudo na Região Serrana - é empregada para as expressões culturais das danças características destes grupos sociais que compõem o pluralismo étnico e cultural da nacionalidade brasileira.

VI. CONTEXTO HISTÓRICO E SÓCIO-ECONÔMICO:

O último item deste diagnóstico a se comentar corresponde ao contexto sócio-econômico do bem cultural. Para dimensioná-lo empregaremos, primordialmente, informações acerca da cadeia produtiva do bem cultural, o perfil de atores que usufruem do forró no estado (em especial em Itaúnas) e a produção intelectual que toma o Forró no estado como questão de investigação científica.

Quando ao componente de dinamização das práticas econômicas da cadeia produtiva, pode-se observar que o forró, sobretudo em Itaúnas, possui importante rede de serviços e bens que lhes associam, passando pela hotelaria (em especial pousadas), agências de turismo, excursões de locomoção, restaurantes, comércio de roupas, acessórios, *souvenirs* e, até mesmo, algumas quinquilharias afetivas.

São produzidas camisetas com a identificação de forró tradicional de Itaúnas,confeccionam-se imãs de geladeira e chaveiros com identificações do forró; comercializam-se brinquedos com associações a instrumentos musicais; nomenclaturas de restaurantes ou de cardápios que remetem ao bem cultural ou ao discurso regionalista do Nordeste; o correm-se vendas de passagens ao local em veículos, agendam-se pacotes; há elementos comunicativos em redes sociais com emprego de ícones do forró e toda sorte de usos imagéticos e repertórios comunicativos do forró. Tais mecanismos geram emprego e renda local, porém, como já mencionamos, há a dificuldade da sazonalidade dos eventos, o que dificulta a continuidade das atividades com uma frequência constante. É cabível, pois, dimensionar os usos do forró em demais espaços sociais do estado. Ainda não foi possível avaliar a dinâmica da cadeia produtiva em outros espaços e a geograficidade que possuem para com o bem cultural.

A respeito do perfil social e etário, pode-se evidenciar que os apreciadores do forró de Itaúnas possuem um traço marcadamente dos jovens de classe média. Em entrevista à equipe de pesquisa de identificação, o Sr. Paulo Mattos assinalou que os visitantes da vila: "São jovens, universitários, de classe média alta, de

todas as capitais do Brasil, principalmente do Sudeste. Muita gente de Brasília também, por ser a praia mais próxima."Essa característica vincula-se ao próprio verniz que se concebe do forró na localidade nas casas de forró que se irradiaram após os anos 2000, juntamente com o forró universitário.

Segundo Duque, o forró praticado na vila de Itaúnas remonta aos bailes de sanfona de Itaúnas Velha (ou seja, na localidade soterrada pelas dunas). Após a mudança da vila, cessou-se os bailes durante determinado período, visto que as famílias precisaram reerguer suas casas. A criação do Bar Varandão - de propriedade do Seu Astor de Vasconcelos - foi significativo para a animação da vila, devido a apresentação de forrozeiros como Luiz Geraldino, Zagotinho, Ceguinho e outros.Apartirdadécadade1980houve um crescimento urbano representativo no vilarejo e uma expansão do turismo. No final dos anos de 1980, Cecília Marcondes e Paulo Mattos arrendam um bar que recebeu o nome de Bar Forró, local que, posteriormente, organizaria e sediaria o Festival Nacional do Forró de Itaúnas, a partir de 2001. Neste evento ocorrido anualmente participam forrozeiros de diversos estados, repercutem-se jovens talentos do campo musical e transmitem-se os traços da dança.

Após extensa análise sobre o forró enquanto uma referência na "cultura lúdica" da Vila de Itaúnas, Duque aponta que a :

Com o soterramento da Itaúnas velha, o que obrigou os moradores a se mudarem para o outro lado do rio, os bailes de sanfona cessaram. Contudo, quando o Seu Astor Vasconcelos inaugurou o Bar Varandão, o forró voltou a ser o som que embalava a vila e motivava os seus moradores, embalados pelos sons tradicionais nordestinos já membros da Indústria Cultural. Porém, com o crescimento turístico na vila e a dificuldade de assumir dois estabelecimentos de comércio, Seu Astor Vasconcelos vendeu o bar para Paulo Matos e Cecília Marcondes. Nesse local os novos proprietários fundaram o Bar do Forró, que viria a se tornar o palco central das atrações do FENFIT sob a liderança de Paulo Matos, exacerbando a comercialização do forró. (DUQUE, 2012, p.86-87)

Tão importante quanto à relevância de Itaúnas são as expressões do forró nas demais locais do estado. Em nossos levantamentos bibliográficos para a composição desta Nota Técnica, encontramos vestígios de que o Festival do Forró da Tábua Lascada, em Pedro Canário, também se desenvolveu ao longo dos anos de 1980.O evento recebeu este nome, em virtude da primeira festa (em 1981) ter os seus participantes dançando em um tablado de madeira para evitar a lama decorrente da chuva de dias anteriores. Com o tempo, a festividade passou a ocupar um lugar destacado junto à Prefeitura Municipal e atraiu diversos agentes. A historicidade desta e de outras festividades que abrem espaço às matrizes tradicionais do forró no estado ainda requer estudos e cabível análises mais profundas.

Outro evento que é digno de nota por abrir espaço ao forró tradicional é o Festival da Sanfona e da Viola de São Pedro do Itabapoana. O distrito situado no município de Mimoso do Sul é um sítio histórico reconhecido pelo Conselho Estadual de Cultura desde 1987. Isso porque suas ruas são feitas de calçamento de pé-de-moleque por sujeitos escravizados e com a presença de edificações em estilo colonial, cuja expansão se desenvolveu à base da lavoura cafeeira e, com a crise cafeeira, veio a ser um enclave abandonado e guardião de uma cultura rústica de festas com sanfonas. A ideia do festival, ao que tudo indica, somente se materializou em 1997 com iniciativas da Prefeitura Municipal para premiar músicos locais. Desde então desenvolve-se anualmente esse festival que comporta também o forró enquanto uma das músicas expressas em seu repertório.

PRIORIDADES, OBJETIVOS E AÇÕES DE SALVAGUARDA

Após esse breve diagnóstico sócio-cultural elaborado, é cabível, portanto, enumerarmos os elementos que caracterizaram em si o plano de salvaguarda proposto pelos detentores no Espírito Santo. Para tanto, recordaremos que estes itens encontram-se sistematizados em uma tabela colaborativa própria e reiteramos que não foi seguido os eixos temáticos da Política Nacional do Patrimônio Imaterial (SEI n°4074225).Em substituição, avaliou-se enquanto pertinente a definição de setores temáticos centrais (sendo 10 ao total).Cada qual contemplou seus objetivos próprios (que totalizam 58) e ações de salvaguarda específicas que deles decorriam.

Cabe ressaltar dois pontos se destacam: (a) os objetivos e ações dimensionadas ao longo do ciclo de reuniões, por vezes, esbarram umas às outras, o que evidencia o intercâmbio entre os setores em questão, ou seja, uma ação de salvaguarda poderia ser inclusa em outro setor temático, sobretudo as que se referem à legislação e (b) algumas ações de salvaguarda parecem ser equivalentes, porém, foram destacados durante as reuniões enquanto propostas que deveriam ser pensadas enquanto distintas, seja no sentido de reforçar a demanda, seja no sentido de atender as especificidades das mesmas.

Expressam-se aqui,portanto,os setores temáticos, objetivos e ações de salvaguarda elencados:

SETOR TEMÁTICO I. MÍDIAS, TECNOLOGIAS E REDES SOCIAIS

Objetivo: Produzir continuamente conteúdos virtuais para fomento do bem cultural.
Ação de salvaguarda: Produção de conteúdos virtuais para fomento do bem cultural.
Estratégias e Recursos: Mobilização de equipes para a produção de conteúdos
Justificativa: Importância de regularidade de informações que venham a informar sobre o bem cultural.
Parceiros: Iphan e veículos de comunicação
Periodicidade: Contínua

Objetivo: Construir, promover e manter canais virtuais de divulgação do bem cultural.
Ação de salvaguarda: Construção, promoção e manutenção de canais virtuais de divulgação.
Estratégias e Recursos: Recursos orçamentários para manutenção dos canais e formação de equipes dedicadas ao assunto.
Justificativa: Divulgação das informações acerca do bem cultural em fácil acesso e formação do público que aprecia o forró.
Parceiros: Iphan e veículos de comunicação
Periodicidade: Contínua

Objetivo: Buscar parcerias com grandes canais de comunicação (emissoras de rádio e televisão) para difusão do Forró
Ação de salvaguarda: Parceria com canais de comunicação para a divulgação e consumo do forró.
Estratégias e Recursos: Articulação de parcerias com as empresas de comunicação *Justificativa:* Demanda por ampliar o consumo do forró frequente nas rádios locais e de grande repercussão.
Parceiros: Iphan e veículos de comunicação (rádios e emissoras comunitárias ou de grande monta).
Periodicidade: Contínua

Objetivo: Articular parcerias com laboratórios de mídias em instituições universitárias e escolas técnico-profissionalizantes para divulgar a salvaguarda do bem cultural e promover a apropriação da cultura forrozeira.
Ação de salvaguarda: Articulação de parcerias educacionais para a divulgação do Forró.
Estratégias e Recursos: Mobilização de parceiros para o uso e ensino das mídias em universidades e institutos federais; emprego de materiais disponíveis nestes espaços.
Justificativa: Demanda por incentivar a formação de mídias e tecnologias em espaços educacionais universitários e de ensino técnico-profissionalizante.
Parceiros: Iphan, Secretarias Municipais de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo e Instituto Federal do Espírito Santo
Periodicidade: Médio Prazo

Objetivo: Organizar uma equipe de trabalho para gerenciamento e seleção nos canais digitais de comunicação.
Ação de salvaguarda: Organização de equipe de gerenciamento e seleção dos canais digitais de comunicação.
Estratégias e Recursos: Realização de oficinas de capacitação com emprego de recursos audiovisuais.
Justificativa: Treinar e capacitar os detentores para que possam atuar especificamente na difusão das informações sobre o forró, sobretudo na divulgação de festivais.
Parceiros: Iphan, Secult/ES, entre outros.
Periodicidade: Contínua

Objetivo: Desenvolver um portal de divulgação, site ou aplicativo do Forró.
Ação de salvaguarda: Desenvolvimento de canal de divulgação, site ou aplicativo sobre o Forró no estado.
Estratégias e Recursos: Organização de parcerias com universidades, laboratórios e centros de pesquisa tecnológica para que possam produzir os materiais necessários.
Justificativa: Demanda em concentrar em um canal de divulgação as informações relativas ao forró, que possibilitem divulgar eventos, identificar detentores, entre outros.
Parceiros: Iphan, Secult/ES, veículos de comunicação, entre outros.
Periodicidade: Anual

Objetivo: Incentivar a musicalidade do forró na programação de rádios comunitárias e alternativas.
Ação: Incentivo à Música do Forró em emissoras de rádio.
Estratégias e Recursos: Estabelecimento de articulações com veículos de comunicação para inserção do gênero musical na programação de modo abrangente.
Justificativa: Demanda por inserir o gênero musical na programação de rádios comunitárias e alternativas, com o instituto de valorizar a produção cultural local e incentivar o consumo do forró.
Parceiros: Iphan,órgãos públicos dedicados ao setor de comunicação,emissoras de rádio comunitárias e alternativas.
Periodicidade: Contínua

SETOR TEMÁTICO II. VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

Objetivo: Incentivar,incrementar e promover um aumento nos cachês e remunerações das apresentações nas Casas de Forró.
Ação de salvaguarda: Apoio e valorização da remuneração e cachês dos forrozeiros
Estratégias e Recursos: Desenvolvimento de parcerias e interlocuções necessárias com diferentes entes para fortalecimento das demandas profissionais.
Justificativa: Demanda pela melhoria das condições salariais dos detentores.
Parceiros: Iphan, Secult/ES, Casas de Forró, Ministério do Trabalho, Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, entre outros.
Periodicidade: Contínua

Objetivo: Adotar medidas de valorização financeira e estímulo à contratação pública de profissionais do forró de matriz tradicional.
Ação de salvaguarda: Estímulo à Contratação pública de profissionais do Forró de Matriz tradicional
Estratégias e Recursos: Adoção de reuniões de articulação interinstitucional e sensibilização de agentes culturais do setor.
Justificativa: Demanda pela valorização da cultura tradicional e mecanismo de reconhecer os detentores frente aos músicos.
Parceiros: Iphan, Ministério do Trabalho, Secult/ES, Secretarias Municipais de Cultura, Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo etc.
Periodicidade: Contínua

Objetivo: Promover ações de reconhecimento e valorização dos artistas locais.
Ação de salvaguarda: Reconhecimento e valorização de artistas locais
Estratégias e Recursos: Mediação por meio de reuniões,oficinas,palestras,rodas de conversa e outros mecanismos.
Justificativa: Demanda de valorizar os artistas locais frente aos artistas “nacionais” e ampliar a possibilidade de melhor inserção no mercado de trabalho.
Parceiros: Iphan, Secult/ES, Secretarias Municipais de Cultura, entre outros.
Periodicidade: Anual.

Objetivo: Estimular a adequação do cachê dos artistas com base na arrecadação das bilheterias.
Ação de salvaguarda: Debate sobre melhoria da remuneração dos forrozeiros.
Estratégias e Recursos: Sensibilização de contratantes por meio de reuniões.

Justificativa: Demanda por melhorar a remuneração dos artistas, visto que, por vezes, o cachê recebido é desproporcional aos lucros obtidos nas bilheterias.
Parceiros: Iphan, Secult/ES, Secretarias Municipais de Cultura, entre outros órgãos.
Periodicidade: Contínua

Objetivo: Regulamentar os editais de convocatória de contratação de artistas, adequando padrões de remuneração mínimos.
Ação de salvaguarda: Regulamentação de editais sobre a contratação de artistas.
Estratégias e Recursos: Realização de encontros,palestras e outros esforços entre diferentes órgãos para alinhamento.
Justificativa: Possibilitar uma melhoria das remunerações dos profissionais a padrões mínimos adequados.
Parceiros: Ministério Público, Ministério do Trabalho, Iphan, Secult/ES, Secretarias Municipais de Cultura, Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, entre outros.
Periodicidade: Contínua

Objetivo: Homenagear e reconhecer como notório saber os mestres e conhecedores do forró tradicional do estado.
Ação de salvaguarda: Realização de homenagens e reconhecimento de Mestres do Forró
Estratégias e Recursos: Organização de premiações e cerimônias para homenagear aqueles profissionais simbólicos que trabalharam pela cultura forrozeira.
Justificativa: Reconhecer o mérito e contribuição dos trabalhadores da cultura forrozeira.
Parceiros: Iphan, Secult/ES, Secretarias Municipais de Cultura e outros órgãos culturais.
Periodicidade: Anual

Objetivo: Apoiar o intercâmbio de detentores do saber do forró formados em escolas e universidades públicas e privadas do estado com estágios, residências e oficinas em diversos locais do Espírito Santo.
Ação de salvaguarda: Incentivo ao Intercâmbio de detentores em estágios, residências e oficinas.
Estratégias e Recursos: Realização de estágios, residências artísticas, oficinas com diferentes instituições educacionais.
Justificativa: Visa-se um maior treinamento, capacitação e socialização dos detentores.
Parceiros: Iphan, Secretarias Estadual e Municipais de Educação, entre outros organismos.
Periodicidade: Anual

Objetivo: Assegurar palcos com sonorização, iluminação, segurança, estadia, camarins e alimentação adequada e digna aos profissionais.
Ação de salvaguarda: Aperfeiçoamento dos espaços de trabalho dos forrozeiros
Estratégias e Recursos: Estabelecimento de reuniões e mediação com contratantes.

Justificativa: Demanda por possibilitar a melhoria da condição do trabalhador do forró em termos das apresentações musicais realizadas, bem como de sua
Parceiros: Iphan, Secult/ES, Secretarias Municipais de Cultura, Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, Casas de Forró, entre outros.
Periodicidade: Contínua

SETOR TEMÁTICO III. ACERVOS E DOCUMENTAÇÃO

Objetivo: Organizar folhetos e materiais sobre o legado e trajetória de mestres e conhecedores do forró.
Ação de salvaguarda: Organização de folhetos e materiais sobre o legado e trajetória de mestres e conhecedores do Forró.
Estratégias e Recursos: Diagramação gráfica de produtos para a distribuição em diversos espaços.
Justificativa: Difundir o legado de mestres e conhecedores do Forró.
Parceiros: Iphan, Secult/ES, Secretarias Municipais de Cultura, Universidade Federal do Espírito Santo, Instituto Federal do Espírito Santo, entre outros.
Periodicidade: Contínua

Objetivo: Disponibilizar acervos documentais em formatos digitais.
Ação de salvaguarda: Disponibilização de Acervos Documentais em formatos virtuais.
Estratégias e Recursos: Emprego do canal virtual do Forró para difusão das informações sobre o bem cultural.
Justificativa: Ampliação dos públicos e possibilitação da pesquisa científica
Parceiros: Iphan, Secult/ES, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Universidade Federal do Espírito Santo, Instituto Federal do Espírito Santo, entre outros.
Periodicidade: Médio prazo

Objetivo: Promover o armazenamento e acondicionamento adequado de instrumentos,fotografias, vinis, partituras musicais e outros elementos que remontam à história e memória do forró.
Ação de salvaguarda: Armazenamento e Acondicionamento de documentação do Forró.
Estratégias e Recursos: Contratação de equipes dedicadas em arquivologia,história,museologia, biblioteconomia e outras ciências da documentação.
Justificativa: Demanda por armazenar e acondicionar adequadamente materiais que transmitem a história e memória do forró.
Parceiros: Iphan, Secult/ES, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Secretarias Municipais de Cultura, entre outros.
Periodicidade: Médio Prazo

Objetivo: Comportar um espaço físico específico no Centro de Referência para a conservação da documentação.

Ação de salvaguarda: Delimitação de espaço físico no Centro de Referência do Forró para a conservação da documentação.
Estratégias e Recursos: Aquisição de materiais específicos de conservação da documentação.
Justificativa: Demanda por concentrar documentação dispersa em espaços adequados para a conservação desta memória.
Parceiros: Iphan, Secult/ES, Secretarias Municipais de Cultura, entre outros.
Periodicidade: Médio Prazo.

Objetivo: Contratar uma equipe especializada para a digitalização de acervos documentais.
Ação de salvaguarda: Contratação de equipe específica para a digitalização de acervos
Estratégias e Recursos: Aquisição de equipamentos para digitalização e custeio de equipe de pesquisa.
Justificativa: Demanda por contar com profissionais especializados em assegurar
Parceiros: Iphan, Universidade Federal do Espírito Santo, Secult/ES, Secretarias Municipais de Cultura, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, entre outras.
Periodicidade: Médio Prazo

Objetivo: Ampliar a coleção de acervos do Centro de Referência por meio de aquisição, empréstimo, doação ou permuta.
Ação de salvaguarda: Ampliação da Coleção de Acervos Documentais sobre o Forró.
Estratégias e Recursos: Estabelecer mecanismos que facilitem a aquisição de acervos pelo Centro de Referência.
Justificativa: Adquirir acervos para compor exposições e guarda no Centro de Referência do Forró.
Parceiros: Iphan, Universidade Federal do Espírito Santo, Instituto Federal do Espírito Santo, Secult/ES, Secretarias Municipais de Cultura, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, entre outros.
Periodicidade: Médio Prazo

Objetivo: Regulamentar o uso e a posse dos acervos documentais dedicados ao forró,tendo em vistas à inibir
Ação de salvaguarda: Regulamentação da aquisição de acervos documentais
Estratégias e Recursos: Criação de legislações específicas à fragmentação, a pulverização ou o extravio da documentação.
Justificativa: Inibir a fragmentação, pulverização ou extravio da documentação.
Parceiros: Iphan, Universidade Federal do Espírito Santo, Ministério Público, Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, entre outros.
Periodicidade: Médio Prazo.

SETOR TEMÁTICO IV. PESQUISAS E MAPEAMENTOS

Objetivo: Identificar e mapear os materiais já produzidos acerca do Forró no estado.
Ação de salvaguarda: Identificação e Mapeamento dos materiais produzidos sobre o Forró.
Estratégias e Recursos: Contratação de equipe de pesquisa ou de limitação de termos de colaboração, parcerias ou execução descentralizada.
Justificativa: Demanda de levantar informações sobre os documentos disponíveis e acervos existentes sobre o forró, no sentido de catalogar a bibliografia e outros trabalhos audiovisuais produzidos.
Parceiros: Iphan/ES, Secult/ES, Secretarias Municipais de Cultura, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, entre outros.
Periodicidade: Curto Prazo

Objetivo: Produzir um documentário do Forró de Sapezeiro.
Ação de salvaguarda: Produção de Documentação sobre o Forró de Sapezeiro
Estratégias e Recursos: Contratação de equipe de pesquisa ou parceria com as universidades e institutos federais.
Justificativa: Produzir informações sobre as características desta modalidade do forró específica ao Espírito Santo e documentar os testemunhos dos detentores do forró.
Parceiros: Iphan, Universidade Federal do Espírito Santo, Instituto Federal do Espírito Santo, entre outros.
Periodicidade: Curto Prazo.

Objetivo: Documentar o Forró em um curta metragem.
Ação de salvaguarda: Produção de Documentário de curta-metragem do Forró no estado.
Estratégias e Recursos: Contratação de equipe de cinema
Justificativa: Documentar o bem cultural com olhar dos seus detentores.
Parceiros: Iphan, veículos de comunicação, Universidade Federal do Espírito Santo, Instituto Federal do Espírito Santo, entre outros.
Periodicidade: Curto Prazo.

Objetivo: Levantar os materiais audiovisuais produzidos acerca do Forró no estado.
Ação de salvaguarda: Pesquisa de Levantamento de Materiais Audiovisuais sobre o Forró.
Estratégias e Recursos: Contratação de equipe de pesquisa.
Justificativa: Elencar e sistematizar as informações disponíveis sobre o bem cultural, tal como armazenar, conservar e divulgar filmes e áudios que não estão acessíveis ao grande público.
Parceiros: Iphan, Universidade Federal do Espírito Santo, Instituto Federal do Espírito Santo, entre outros.
Periodicidade: Médio Prazo.

Objetivo: Mapear os detentores do Forró no estado.
Ação de salvaguarda: Identificação e Mapeamento de informações Forró.

Estratégias e Recursos: Contratação de equipe de pesquisa ou delimitação de termos de colaboração, parcerias ou execução descentralizada.
Justificativa: Demanda de ampliar a produção de informações sobre a condição dos detentores no estado, a localização e questões gerais atinentes ao bem cultural.
Parceiros: Iphan/ES, Secult/ES, Secretarias Municipais de Cultura, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, entre outros.
Periodicidade: Curto Prazo

Objetivo: Promover estudos acerca das especificidades regionais do Forró.
Ação de salvaguarda: Promoção de Estudos sobre as especificidades do Forró.
Estratégias e Recursos: Contratação de equipe de pesquisa ou delimitação determos de colaboração, parcerias ou execução descentralizada.
Justificativa: Demanda de ampliar a produção de informações sobre a condição dos detentores no estado, a localização e questões gerais atinentes ao bem cultural.
Parceiros: Iphan/ES, Secult/ES, Secretarias Municipais de Cultura, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, entre outros.
Periodicidade: Curto Prazo

Objetivo: Mapear as escolas de dança de Forró.
Ação de salvaguarda: Mapeamento das escolas de dança de Forró.
Estratégias e Recursos: Contratação de equipe de pesquisa ou delimitação de termos de colaboração, parcerias ou execução descentralizada.
Justificativa: Demanda de ampliar a produção de informações sobre a condição dos detentores atinentes à dança no Espírito Santo.
Parceiros: Iphan/ES, Secult/ES, Secretarias Municipais de Cultura, entre outros.
Periodicidade: Médio Prazo

Objetivo: Criar concursos e premiações de monografias e redações (poesias e poemas) que produzam informações sobre o bem cultural.
Ação de salvaguarda: Concurso e Premiação de Monografias ou redações que promovam o bem cultural.
Estratégias e Recursos: Construção de editais públicos
Justificativa: Demanda por fomentar a produção de material bibliográfico e documental sobre a cultura forrozeira e mecanismo de apoio às pesquisas dedicadas ao bem cultural.
Parceiros: Iphan/ES,Universidades, Instituto Federal do Espírito Santo, Secult/ES, Secretarias Municipais de Cultura, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, entre outros.
Periodicidade: Médio Prazo

SETOR TEMÁTICO V. TRANSMISSÃO DE SABERES

Objetivo: Desenvolver Oficinas de reconhecimento dos fabricantes e tocadores de instrumentos musicais (triângulos, rabecas e etc.)
Ação de salvaguarda: Oficinas de Reconhecimento dos Fabricantes e tocadores de instrumentos musicais
Estratégias e Recursos: Concessão de espaços, remunerações aos fabricantes dos instrumentos.
Justificativa: Demanda de construção de oficinas a fim de assegurar a continuidade dos fabricantes e fortalecer esses detentores como produtores de saberes.
Parceiros: Iphan/ES, Secult/ES, Secretarias Municipais de Cultura, entre outros.
Periodicidade: Médio Prazo

Objetivo: Articular junto a Secretaria de Estado de Cultura a Legislação de Registro do Patrimônio Vivo.
Ação de salvaguarda: Articulação da Lei Estadual do Patrimônio Vivo
Estratégias e Recursos: Parceria e Composição de Comitê ou Grupo de Trabalho específico.
Justificativa: Demanda de regulamentação desta normativa, dado que já constitui realidade em outros estados, sobretudo do Nordeste.
Parceiros: Iphan/ES, Secult/ES, Secretarias Municipais de Cultura,Assembleia Legislativa do Espírito Santo, entre outros.
Periodicidade: Médio Prazo

Objetivo: Promover a inclusão do forró (música, dança e fabricação de Ação: Inclusão do Forró no Currículo escolar instrumentos) no currículo escolar, quer seja com incentivos aos materiais didáticos, quer seja legislações próprias no âmbito educacional.
Ação de salvaguarda: Inclusão do Forró no Currículo escolar
Estratégias e Recursos: Construção de materiais didáticos, cursos de capacitação de professores, entre outros.
Justificativa: Demanda por incentivar e fomentar a cultura forrozeira nas escolas públicas e privadas.
Parceiros: Iphan/ES, Secult/ES, Secretarias Municipais de Educação, Universidades, Instituto Federal, Escolas de Música, entre outros.
Periodicidade: Médio Prazo

Objetivo: Organizar exposições (itinerantes e permanentes) acerca do bem cultural em feiras de artesanatos, escolas e festivais.
Ação de salvaguarda: Organização de exposições (permanentes e itinerantes) sobre o forró.
Estratégias e Recursos: Aquisição de equipamentos e formação de painéis.
Justificativa: Objetivo de incentivar a circulação e exibição do forró em feiras de artesanato, escolas e festivais.
Parceiros: Iphan/ES, Secult/ES, Secretarias Municipais de Educação ou Cultura, entre outros.
Periodicidade: Médio Prazo

Objetivo: Possibilitar e garantir a aquisição dos instrumentos musicais (sanfona, zabumba, rabeca,triângulo etc.) para a realização de aulas das escolas públicas.
Ação de salvaguarda: Incentivo à aquisição de instrumentos musicais em escolas públicas.
Estratégias e Recursos: Concessão de editais, concursos e redução de impostos sobre esses instrumentos musicais
Justificativa: A proposta consiste em facilitar a aquisição de instrumentos em escolas, afim de contribuir com a apropriação da música no ensino.
Parceiros: Iphan/ES, Secult/ES, Secretarias Municipais de Educação, Assembleia Legislativa do Espírito Santo, entre outros.
Periodicidade: Longo Prazo

Objetivo: Assegurar a inserção do ensino-aprendizagem na grade curricular das escolas municipais, estaduais e federais referentes à instrumentos de música dos forrozeiros.
Ação de salvaguarda: Inserção do Forró no ensino-aprendizagem e na grade curricular estudantil
Estratégias e Recursos: Cursos de capacitação com professores, ciclo de palestras com alunos.
Justificativa: Incentivar ações educativas nas escolas envolvendo o forró.
Parceiros: Iphan/ES, Secult/ES, Secretarias Municipais de Educação, entre outros.
Periodicidade: Contínuo

Objetivo: Valorizar os mestres e detentores enquanto transmissores de aulas e oficinas remuneradas.
Ação de salvaguarda: Realização de aulas e oficinas de Valorização de Mestres e Detentores
Estratégias e Recursos: Organização de oficinas, concessão de espaço
Justificativa: Reconhecer os mestres como produtores de saberes.
Parceiros: Iphan/ES, Secult/ES, Secretarias Municipais de Educação, entre outros.
Periodicidade: Médio Prazo

Objetivo: Desenvolver cursos de capacitação aos professores sobre o Forró, com a concessão de certificados.
Ação de salvaguarda: Cursos de Capacitação aos Professores sobre o Forró
Estratégias e Recursos: Criação de cursos com parcerias entre escolas e concessão de certificados.
Justificativa: Realizar a capacitação acerca da cultura do forró e a história desse bem cultural.
Parceiros: Iphan/ES, Secult/ES, Secretarias Municipais de Cultura e Educação.
Periodicidade: Médio Prazo

SETOR TEMÁTICO VI. PROMOÇÃO DE DEBATES SOBRE O FORRÓ

Objetivo: Promover reuniões de mediação com as Secretarias Municipais e Ação: Reuniões de Mediação com órgãos públicos para discussão da contratação de artistas. Estaduais de Cultura, Procuradorias, Ministério Público, Secretaria da Casa Civil para discussão da questão da contratação de artistas dos bens imateriais.
Ação de salvaguarda: Reuniões de Mediação com órgãos públicos para discussão da contratação de artistas.
Estratégias e Recursos: Criação de encontros, seminários e palestras.
Justificativa: Demanda por revisar o modelo de contratação pública dos artistas,valorizando os artistas locais e tradicionais.
Parceiros: Iphan/ES, Secult/ES, Procuradorias Federal, Estaduais e Municipais, Ministério Público, Secretaria da Casa Civil, entre outros.
Periodicidade: Médio Prazo

Objetivo: Desenvolver um encontro para discussão dos direitos autorais sobre o forró.
Ação de salvaguarda: Encontro de Discussão dos Direitos Autorais
Estratégias e Recursos: Concessão de espaço, Interlocução com a Secretaria Nacional de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual
Justificativa: Discutir acerca das ferramentas e uso dos direitos autorais, possibilitando aos artistas maior domínio sobre essa questão.
Parceiros: Iphan/ES, Secult/ES, Secretaria Nacional de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual,entre outros.
Periodicidade: Médio Prazo

Objetivo: Apoiar e incentivar os encontros de fóruns estaduais do Forró.
Ação de salvaguarda: Incentivo e Apoio aos Encontros dos Fóruns Estaduais do Forró
Estratégias e Recursos: Concessão de espaço, Interlocução com a Secretaria Nacional de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual
Justificativa: Discutir acerca das ferramentas e uso dos direitos autorais, possibilitando aos artistas maior domínio sobre essa questão.
Parceiros: Iphan/ES, Secult/ES, Secretaria Nacional de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual, entre outros.
Periodicidade: Médio Prazo

Objetivo: Realizar encontro entre lideranças dos festivais de forró existentes no estado.
Ação de salvaguarda: Encontro de Lideranças dos Festivais de Forró
Estratégias e Recursos: Articulação entre lideranças de festivais em reuniões de mobilização
Justificativa: Promover a interação e intercâmbio de ideias entre lideranças do Forró.
Parceiros: Iphan/ES, Secult/ES, Secretarias Municipais de Cultura, entre outras.
Periodicidade: Médio Prazo

SETOR TEMÁTICO VII. ACESSIBILIDADE, DESLOCAMENTO E TRANSPORTE

Objetivo: Facilitar a locomoção de forrozeiros em diferentes países internacionais, por meio da interlocução entre Ministério das Relações Exteriores e o Iphan.
Ação de salvaguarda: Reuniões interinstitucionais com o Ministérios das Relações Exteriores para a facilitação dos vistos de artistas do forró.
Estratégias e Recursos: Interlocução com representantes do Ministério das Relações Exteriores.
Justificativa: Demanda por facilitar o trânsito dos detentores e impedir que percam apresentações no exterior por não obter o visto em seu passaporte a tempo.
Parceiros: Iphan/ES e Ministério das Relações Exteriores.
Periodicidade: Médio Prazo

Objetivo: Reduzir os entraves burocráticos para a circulação de detentores do forró em apresentação no exterior.
Ação de salvaguarda: Redução de entraves para a circulação de detentores
Estratégias e Recursos: Reuniões de articulação com o Ministério das Relações Exteriores.
Justificativa: Diminuir a quantidade de requisitos burocráticos para o trânsito de detentores no exterior.
Parceiros: Iphan/ES e Ministério das Relações Exteriores.
Periodicidade: Médio Prazo

Objetivo: Possibilitar o deslocamento de forrozeiros em eventos de discussão do bem cultural.
Ação de salvaguarda: Incentivo ao Deslocamento e logística dos forrozeiros em eventos
Estratégias e Recursos: Organização de reuniões, editais e outras formas de incentivo.
Justificativa: Reduzir as dificuldades que vivenciam no deslocamento até os eventos de forró.
Parceiros: Iphan/ES, Secult/ES, Secretarias Municipais de Cultura , entre outros.
Periodicidade: Médio Prazo

Objetivo: Apoiar e adotar mecanismos de translado dos detentores para suas apresentações, via editais e articulação com as Secretarias de Cultura.
Ação de salvaguarda: Incentivo aos editais de locomoção para benefício dos artistas
Estratégias e Recursos: Fortalecimento dos editais de locomoção e ampliação dos beneficiários.
Justificativa: Discutir acerca das ferramentas e uso dos direitos autorais, possibilitando aos artistas maior domínio sobre essa questão.
Parceiros: Iphan/ES, Secult/ES, Secretarias Municipais de Cultura , entre outros.
Periodicidade: Curto Prazo

SETOR TEMÁTICO VIII. CENTRO DE REFERÊNCIA NO ESTADO

Objetivo: Articular a criação e organização do Centro de Referência do forró no estado.
Ação de salvaguarda: Criação de um Centro de Referência do forró no estado
Estratégias e Recursos: Avaliação quanto à concessão de espaço e mecanismos de gestão do espaço.
Justificativa: Demanda por construir espaços que difundem a cultura forrozeira.
Parceiros: Iphan/ES, Secult/ES, Assembleias Legislativa do Espírito Santo, Prefeituras Municipais, entre outros.
Periodicidade: Longo Prazo

Objetivo: Realizar reuniões de mobilização e encontros para discussão e comunicação das linhas gerais do Centro de Referência.
Ação de salvaguarda: Reuniões interinstitucionais de criação do Centro de Referência do forró
Estratégias e Recursos: Análise de viabilidade de espaços ociosos para a administração pública, adoção de medidas de infraestrutura que permitam sua implementação, entre outras.
Justificativa: Discutir acerca das normativas e linhas gerais da condução do centro de referência, avaliação de modelos e experiências anteriores, tais como os Centros de Referência da Juventude e os Centros de Referência de Assistência Social.
Parceiros: Iphan/ES, Secult/ES, Secretarias Municipais de Educação, entre outros.
Periodicidade: Longo Prazo

Objetivo: Promover intercâmbios entre lideranças dos centros de tradições nordestinas de outros estados para troca de experiências, tendo em vista o planejamento de criação de um Centro.
Ação de salvaguarda: Reuniões interinstitucionais de criação do Centro de Referência do forró
Estratégias e Recursos: Análise de viabilidade de espaços ociosos para a administração pública, adoção de medidas de infraestrutura que permitam sua implementação, entre outras.
Justificativa: Discutir acerca das normativas e linhas gerais da condução do centro de referência, avaliação de modelos e experiências anteriores, tais como os Centros de Referência da Juventude e os Centros de Referência de Assistência Social.
Parceiros: Iphan/ES, Secult/ES, Secretarias Municipais de Educação, entre outros.
Periodicidade: Longo Prazo

Objetivo: Promover eventos dedicados às políticas públicas de salvaguarda, oficinas de fabricação de instrumentos, *workshops*, aulas, numa espécie de museu do forró dentro do Centro de Referência.
Ação de salvaguarda: Promoção de eventos de dicados ao forró no Centro de Referência
Estratégias e Recursos: Articulação de oficinas, *workshops*, aulas e outras ações no Centro de Referência.

Justificativa: Potencializar e fortalecer as ações no interior do Centro de Referência.
Parceiros: Iphan/ES, Secult/ES, Secretarias Municipais de Cultura , entre outros.
Periodicidade: Longo Prazo

Objetivo: Estabelecer a interlocução com as Secretarias do Estado e Municipais para assegurar a conservação, gestão e manutenção dos equipamentos culturais.
Ação de salvaguarda: Parceria com Secretarias Municipais e Estadual para a conservação, gestão e manutenção de equipamentos culturais do Centro de Referência do forró.
Estratégias e Recursos: Articulação de termos de parcerias e convênios para a manutenção do espaço.
Justificativa: Potencializar e fortalecer as ações no interior do Centro de Referência.
Parceiros: Iphan/ES, Secult/ES, Secretarias Municipais de Cultura , entre outros.
Periodicidade: Longo Prazo

Objetivo: Garantir a infraestrutura básica para a manutenção da infraestrutura do Centro de Referência.
Ação de salvaguarda: Apoio à Infraestrutura básica do Centro de Referência do forró no estado.
Estratégias e Recursos: Criação de editais de incentivo, aquisição de materiais e treinamento técnico-profissional.
Justificativa: Demanda por garantir a infraestrutura do espaço referencial.
Parceiros: Iphan/ES, Secult/ES, Secretarias Municipais de Cultura , entre outros.
Periodicidade: Longo Prazo

Objetivo: Possibilitar e incentivar linhas específicas de editais e chamamentos públicos para garantir a manutenção dos centros de referência.
Ação de salvaguarda: Editais de Manutenção de Centros de Referência
Estratégias e Recursos: Criação de linhas próprias de editais de incentivo e fomento
Justificativa: Fortalecer as linhas específicas de garantia para a manutenção dos centros de referência.
Parceiros: Iphan/ES, Secult/ES, Secretarias Municipais de Cultura , entre outros.
Periodicidade: Longo Prazo

SETOR TEMÁTICO IX. NORMATIVAS E LEGISLAÇÕES

Objetivo: Aperfeiçoar e aprimorar a legislação de reconhecimento do forró de Itaúnas como patrimônio imaterial do estado.
Ação de salvaguarda: Aprimoramento da legislação de reconhecimento do forró de Itaúnas como patrimônio imaterial do estado.
Estratégias e Recursos: Composição de um Comitê junto ao Fórum Estadual do forró de Raiz e convocatórias de audiências públicas.
Justificativa: Demanda por ampliar a legislação, afim de que ela não se torne apenas uma declaração.
Parceiros: Iphan, Secretarias do Estado (cultura, turismo, meio ambiente e educação), Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, Sebrae, entre outros.
Periodicidade: Curto Prazo

Objetivo: Formular legislações que favoreçam o barateamento para aquisição dos instrumentos musicais, em especial a sanfona e a zabumba.
Ação de salvaguarda: Criação de Legislações para redução dos valores de aquisição de instrumentos musicais do forró.
Justificativa: Os valores dos instrumentos musicais são onerosos aos músicos e aos agentes do forró.
Parceiros: Iphan, Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Prefeituras Municipais.
Periodicidade: Médio Prazo

SETOR TEMÁTICO X. FOMENTO E CADEIA PRODUTIVA

Objetivo: Promover parceria com o Sebrae para a construção de uma indicação geográfica do " forró do Espírito Santo"
Ação de salvaguarda: Promoção de parceria com o Sebrae para a criação de uma indicação geográfica específica sobre o forró de Itaúnas.
Estratégias e Recursos: Reuniões de mobilização e avaliação dos mecanismos para a criação de uma associação de cadeia produtiva do forró de Espírito Santo.
Justificativa: Construir a imagem de Itaúnas como a matriz de uma distinção no mercado de festivais, considerada a "Meca do forró".
Parceiros: Iphan, Sebrae, Prefeituras Municipais e o Governo do Estado.
Periodicidade: Médio Prazo

Objetivo: Promover apresentações e a remuneração em troca de horas de estúdios de gravação.
Ação de salvaguarda: Incentivos à apresentações com remunerações em troca de horas de estúdios de gravação.
Estratégias e Recursos: Oficinas, palestras para organização de apresentações.
Justificativa: Difundir as gravações sobre o bem cultural e, ao mesmo tempo, remunerar os detentores pelo trabalho exercido.
Parceiros: Iphan, Secult/ES, estúdios de gravação públicos e privados, entre outros.
Periodicidade: Curto Prazo

Objetivo: Promover feiras forrozeiras sobre a culinária, artesanato, turismo e moda.
Ação de salvaguarda: Promoção de Feiras Forrozeiras, com culinária, artesanato, turismo e moda.
Estratégias e Recursos: Mapeamento dos profissionais
Justificativa: Conciliar a tradição do artesanato, alimentação, turismo e moda com a difusão do forró.
Parceiros: Secretarias Municipais de Cultura , Aderes, Sebrae, empresas privadas, faculdades de gastronomia, entre outros.
Periodicidade: Médio Prazo.

A partir desse levantamento de objetivos e ações de salvaguarda junto à base social, enunciou-se enquanto prioridades: (a) o mapeamento do bem cultural no estado; (b) a organização de um Centro de Referência local; (c) a adoção de iniciativas voltadas à revisão da contratação pública; (d) o estabelecimento de medidas destinadas aos detentores mais idosos; bem como (e) a criação de portais, aplicativos ou outros mecanismos de divulgação nas mídias e redes sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no exposto acima, buscamos nesta Nota Técnica sintetizar o processo de elaboração do Plano de Salvaguarda das Matrizes Tradicionais do forró no estado do Espírito Santo. A *priori*, deu-se atenção especial à historicidade da composição deste processo, bem como das iniciativas já desenvolvidas em termos de identificação e salvaguarda do bem cultural no estado, no sentido de promover um quadro mais abrangente das tratativas e articulações entre o Iphan e os detentores.

No que concerne aos procedimentos metodológicos, desenvolvemos um ciclo de sete reuniões que se empregou de métodos pautados na mediação dialógica e na composição de tabela colaborativa. Em torno dessas sete reuniões, promoveu-se um diagnóstico do bem cultural no estado.

De modo geral, essa caracterização compreendeu os seguintes elementos: (a) oportunidades (a intensa capacidade de articulação política e elevado grau de autonomia do Fórum enquanto instância representativa de demandas sociais); (b) ameaças (falecimento de mestres e artistas mais experientes, dificuldades de contratação pública, desprestígio dos artistas locais, desafios na circulação dos artistas, valorização de artistas externos, bem como a sazonalidade dos festivais); (c) parceiros institucionais (que incluem amplo número de instituições jurídicas, educacionais, científicas e representativas); (d) contexto político e normativo (com diferentes medidas legais, inclusive a criação de uma lei declaratória do forró como patrimônio imaterial do estado);(e) contexto ambiental e territorial (com irradiação central em Itaúnas, porém foi possível perceber outros espaços que demandam investigação quanto à expressão cultural forrozeira); (f) contexto histórico e sócio-econômico (com intensa cadeia produtiva e de perfil social marcadamente de jovens de classe média).

Após isso, enumeramos e elencamos objetivos, as ações de salvaguarda e as prioridades discutidas ao longo do ciclo de reuniões para a elaboração da atividade que servirão de instrumento da política pública junto aos detentores no estado.

Cientes de que concluímos as atividades referentes ao plano de salvaguarda em âmbito estadual, encaminhamos à apreciação da Chefia da Divisão Técnica e ao Gabinete da Superintendência, para apreciação, a fim de que tal material seja apresentado à Coordenação Geral de Promoção e Sustentabilidade junto aos planejamentos desenvolvidos por demais unidades da federação que compõem o país e possuem a abrangência do referido bem cultural.

Sem mais a tratar por ora, despeço-me.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Lucas Viana. *Sociedade e Natureza nas Políticas de Preservação:* o modo de fazer política pública em Itaúnas/ES. 111f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2013.

DUQUE, Fernanda Celinga Siqueira. *Fronteiras entre as dunas:* compreendendo a cultura lúdica na Vila de Itaúnas (ES). Dissertação (Mestrado em Educação Física e Desportos). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

HACON, Vanessa. *Para além das dunas:* conflitos ambientais relacionados ao Parque Estadual de Itaúnas (ES).229f. Dissertação de Mestrado (Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de; CASTRO, Fernanda; CAJAÍBA, Luciano; MACHADO, Vitor Hugo Simon. *Inventário nacional de Referências Culturais - Comunidades Quilombolas do Extremo Norte/Nordeste do Estado do Espírito Santo:* Levantamento Preliminar. Iphan, Vitória, 2008.

Iphan. *Instrução Técnica da Solicitação de Registro das Matrizes Tradicionais do forró como Patrimônio Cultural brasileiro*. Brasília: Iphan, 2022.

Iphan. *Manual de Elaboração de Planos de Salvaguarda.* Disponível em: <http: //portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/manual_planos_de_salvaguarda.pdf>.último acesso em: 22.12.2022.

Iphan. *Portaria n° 200, de 18 de maio de 2016.* Dispõe sobre a regulamentação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial - PNPI. Disponível em: <http: //portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria_n_200_de_15_de_maio_de_2016.pdf>Último acessoem: 22.12.2022.

Iphan. *Portaria n°299, 17 de julho de 2015.* Dispõe sobre os procedimentos para a execução de ações e planos de salvaguarda para Bens Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan. Disponível em: <http: //portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Termo_referencia_salvaguarda_bens_registrados_2015.pdf>Último acesso em: 22.12.2022.

SANTOS, Leonardo Bis dos. *A criação de unidades de conservação no Espírito Santo entre 1940 e 2000:* contextualização, conflitos e redes de interesse na apropriação social do meio ambiente. 347f. Tese (Doutorado em História Social das Relações Políticas). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

IPHAN

MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO